

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O TRABALHO SOCIALMENTE ÚTIL: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

COUTRYSIDE EDUCATION AND SOCIALLY USEFUL WORK: A PEDAGOGICAL PRACTICE IN A SUPERVISED INTERNSHIP

Sinara da Silva Chagas*
Celina Santos dos Santos**
Maritza Costa Moraes***
Suzana Cavalheiro de Jesus****

RESUMO: Este artigo apresenta, à luz da Educação do Campo, uma prática pedagógica vivenciada em uma escola urbana, lotada no município de Dom Pedrito/RS, que recebe alunos oriundos do campo. Tem-se por objetivo descrever um experimento pedagógico realizado durante o Estágio Supervisionado Obrigatório nos anos finais do Ensino Fundamental, que teve como suporte o planejamento por Complexo de Estudo (CALDART; FREITAS; SAPELLI, 2015). Trata-se da prática docente em uma perspectiva social, inclusiva e participativa, fazendo uso da ferramenta “Inventário da Realidade Social”. De acordo com os dados coletados e análise dos mesmos, foi possível destacar elementos balizadores para a elaboração do complexo de estudo, que procurou abranger a grande totalidade da comunidade escolar e comunidades rurais atendidas pela referida escola. O experimento pedagógico teve como tema principal o trabalho socialmente útil, o qual deu origem ao projeto “Aluno Integrado” que oportunizou a estudantes rurais e urbanos o convívio participativo e atuante na escola, contribuindo com o processo formativo nos âmbitos pedagógico e social. Assim, esta experiência evidenciou fatores relevantes entre a dicotomia rural e urbana, apresentando a escola como espaço gerador na construção dos múltiplos saberes. Buscou-se, para além do conhecimento cognitivo, a valorização do contexto social em que o aluno está inserido. Como resultado, foi possível à comunidade escolar experimentar um olhar amplo à perspectiva educacional, percebendo o aluno como um todo, dando a devida importância à sua presença nesta escola.

Palavras-chave: Complexo de estudo; Educação do campo; Trabalho socialmente útil.

ABSTRACT: This article presents, it up the Couttryside Education, a pedagogical practice experienced in a crowded school urban in the municipality of Dom Pedrito / RS,

* Licencianda em Educação do Campo pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: sinarachagas69@gmail.com

** Licencianda em Educação do Campo pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: celinasantosdp@hotmail.com

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: maritzamoraes@unipampa.edu.br

**** Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: suzanajesus@unipampa.edu.br

which receives students from the countryside. The objective is to report and present a pedagogical experiment carried out during the Mandatory Supervised Internship in the last years of Elementary Education, which was supported by the Complex Study Plan (CALDART; FREITAS; SAPELLI, 2015). It is the teaching practice in a social, inclusive and participatory perspective, making use Social Reality Inventory tool. According to the data collected and the analysis of these, it was possible to highlight elements for the elaboration of the study complex, which sought to cover the great totality of the school community and rural communities served by referred school. The pedagogical experiment had as its main theme the socially useful work, this gave rise to the project "Integrated Student" that gave rural and urban students the participative and active living in the school, contributing to the pedagogical and social formative process of them. Thus, this pedagogical experience evidenced relevant factors between the rural and urban dichotomy, presenting the school as generating space in the construction of multiple knowledge. It was noticed that this one contemplated not only the cognitive knowledge but also the social context in which the student is inserted, allowed the school community a broad view in the educational perspective valuing the student as a whole, giving due importance to their presence in this school.

Keywords: Study complex; Countryside education; Socially useful work.

INTRODUÇÃO

Neste artigo descrevemos uma experiência desenvolvida durante o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Observação e Regência nos anos finais do Ensino Fundamental, do curso de Educação do Campo – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa/Campus Dom Pedrito/RS. Utilizou-se como base as discussões oriundas do planejamento através de Complexo de Estudo, tendo como local uma escola no município de Dom Pedrito/RS.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo caracteriza-se por suas especificidades em relação à formação docente voltada para práticas pedagógicas e demandas de comunidades campesinas. Firma-se em sua base ideológica pelo movimento de luta e resistência por uma educação igualitária e de qualidade, refletindo este ideal na construção de uma formação político-pedagógica que engloba natureza, cultura, trabalho, formação humana e produção de vida no campo.

A luta pela educação no/do campo concretiza-se através dos movimentos sociais, resultando em ações transformadoras, especialmente no nível das políticas públicas. A expressão “*Educação do Campo: Direito Nosso, Dever do Estado*”, utilizada nos espaços de defesa desta modalidade, traz consigo a luta

por igualdade nas reivindicações para todos os sujeitos do campo, não somente para integrantes dos movimentos sociais, mas sim para a formação dos trabalhadores e trabalhadoras que representam as comunidades camponesas. Neste sentido o “direito” do povo torna-se um “dever” do estado.

Caldart (2002, p.18) afirma que a diferença entre Educação no/do Campo explica-se na medida em que “no campo” refere-se ao lugar onde se vive e “do campo”, traz a concepção de que “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Essa concepção que a autora salienta dá-se pela relevância da luta para a identidade da educação no/do campo, atendendo os direitos de todos os povos que o integram com diferentes especificidades.

Assim, se faz luta por políticas públicas que contemplem os povos camponeses defendendo a educação por direito, respeitando os valores morais, as etnias, a cultura, os credos religiosos, a permanência de suas crianças e adolescentes no território que fazem parte. Estar no campo significa poder contribuir com o trabalho e produção familiar, sem que precisem deslocar-se para a zona urbana a fim de dar continuidade aos estudos. Conforme Elizeu Clementino Souza e Mariana Martins Meireles, (2014, p. 72):

As escolas rurais, de modo geral, desde o seu surgimento, centram-se num modelo de educação com princípios e políticas voltadas para a educação urbana. Trata-se, pois, de uma lógica urbana transferida para a escola rural, atentando para uma perspectiva que desconsidera o contexto rural e cultura local. Nesse sentido, a educação rural, foi e ainda hoje, é marcada por uma visão urbano-centrada que desvaloriza, desqualifica e por vezes negligencia as especificidades e singularidades do espaço rural. Trata-se de uma educação, vista preponderantemente pelos diversos governos brasileiros como simplesmente um prolongamento/transferência da escolarização urbana [...].

Sabe-se que essa é, ainda, a realidade da educação na região da campanha gaúcha, onde localiza-se nossa universidade. Logo, para o(a) acadêmico(a) em processo de formação em Educação do Campo, torna-se necessário vivenciar o cotidiano, o trabalho, a escola, os modos de produção e as dificuldades enfrentadas naquelas comunidades, para apropriar-se dos sentidos, das angústias e inquietações que o contexto rural expressa.

Indo além, a educação rural tradicional que é praticada no município de Dom Pedrito, traz mais um motivo de preocupação para as/os futuras(os) professoras e professores do campo: o fechamento das escolas em zona rural! Como consequência, a falta de vagas ofertadas nessas comunidades, gera um deslocamento das crianças e jovens em direção às escolas urbanas.

Assim, o Curso de Educação do Campo – Licenciatura, tem como propósito contribuir para que as escolas do campo não mais venham a ser fechadas. Para isso, precisamos formar docentes, que ao longo de sua formação, necessitam ir ao encontro dos estudantes do campo em escolas urbanas. Trata-se de um momento singular da trajetória acadêmica, uma vez que considera o montante de estudos e pesquisas sobre a região da campanha e sobre a educação do campo, no espaço da sala de aula.

Cabe destacar que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Educação do Campo - Licenciatura (UNIPAMPA, 2016, p. 263) prevê atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório desenvolvidas no período de Tempo Comunidade e centradas nas áreas de atuação profissional previstas no referido PPC, quais sejam:

- a) Docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio em Ciências da Natureza em escolas do campo;
- b) Gestão de processos educativos escolares, construção do projeto político-pedagógico e organização do trabalho escolar nas escolas do campo;
- c) Gestão de processos educativos nas comunidades do campo: preparação específica para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e ou grupos sociais de origem dos (as) acadêmicos (as);
- d) Gestão e implementação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável em escolas do campo. (UNIPAMPA, 2016, p. 263)

O PPC do Curso articula-se à RESOLUÇÃO Nº 02/2015 – MEC/CNE (BRASIL, 2015), que dispõe sobre Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios para os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura. Neste documento, o estágio é concebido como formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino, a gestão educacional, os processos educativos escolares e em outros espaços educativos.

Assim, elaborar um plano de ensino que nos proporcione levar em consideração fatores que envolvam a escola e sua comunidade, levou-nos a escolha da proposta curricular por Complexo de Estudo. Compreendemos Complexo de Estudo como um planejamento que visa uma forma de organização do Plano de Estudo de acordo com o perfil e objetivos formativos da escola em questão (CALDART; FREITAS; SAPELLI, 2015). Esta proposta curricular veicula um ensino articulando teoria e prática, tornando-se uma alternativa ao ensino verbalista e de memorização das escolas tradicionais (FREITAS, 2010).

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO NO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para elaboração do Complexo de Estudo, aplica-se como ferramenta principal o inventário da realidade. Segundo Roseli Caldart *et al.* (2016, p. 01), é importante que este inventário siga um roteiro que organize “o trabalho de levantamento das informações sobre o entorno da escola (e também sobre seu interior)”. Inventariar implica em conhecer as relações sociais, as atividades produtivas, o manejo ecológico e as fontes educativas. Com essa ferramenta é possível coletar dados acerca do local onde a escola está inserida, bem como das relações escola/trabalho contemplando pais, estudantes e comunidade escolar.

Um dos desafios que o planejamento por Complexo de Estudo propõe, é vislumbrar de forma socialmente referenciada, os conteúdos que se apresentam de forma isolada. Há uma crítica à escola que percebe sua proposta pedagógica isolada dos espaços de produção de vida, como se o conteúdo escolar fosse uma coisa e a vida cotidiana outra. A partir do conhecimento da realidade social é possível organizar o complexo, o qual é composto por diferentes elementos que unem escola e sociedade, articulando objetivos de ensino e objetivos formativos.

No caso específico do estágio, o complexo de estudo serviu como base para o planejamento da regência em sala de aula e de um projeto coletivo, que envolvesse escola e comunidade. Assim, o embasamento que sustentaria o planejamento de toda a escola, sustentou o planejamento do estágio.

Para a elaboração do plano de ensino, voltado para a escola e comunidade, que foram objetos do nosso estudo, necessitamos levar em consideração alguns fatores que a qualificam e a caracterizam de forma a diferenciá-la de outras escolas municipais urbanas. Isso porque esta escola, mesmo estando na zona urbana do município, atende estudantes vindos do campo. Estes a frequentam tanto no turno manhã, quanto tarde. São alunos(as) moradores de localidades como o Banhado dos Anastácio, Passo Fundo e Estrada do Meio, que cursam desde a pré-escola até o 9º ano e utilizam-se do transporte escolar para seu deslocamento casa-escola e escola-casa todos os dias.

Além de levar estes fatores em consideração, foi necessário trazer possibilidades de articulação entre campo e cidade. Englobamos estudantes urbanos (as), comunidade escolar urbana e rural, e as relações construídas a partir desta convivência. Portanto, o objetivo do projeto coletivo de ensino foi fortalecer as inter-relações entre alunos(as) do campo e alunos(as) da cidade, com a mediação da escola no papel de agente formador. Do mesmo modo, no desenvolvimento da regência individual em sala de aula, buscou-se fortalecer as relações, incentivando os(as) educandos(as) na aprendizagem de forma crítica, responsável e solidária.

INVENTÁRIO DA REALIDADE SOCIAL

A escola Municipal de Ensino Fundamental Alda Seabra, criada no ano de 1971, está localizada à rua Osvaldo Aranha, nº 2048. Trabalha com um quadro de educadores compostos por: 40 docentes; 8 funcionários(as); 4 vigia,; 2 secretários(as); e um total de 450 alunos(as), 220 alunos(as) no turno da manhã (7h :45min. às 11h:45min) e 230 alunos(as) no turno da tarde (13;00h às 17;00h). Oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental Completo. No período noturno a escola cede suas dependências para o funcionamento do Projeto Integrado de Educação Municipal (PIEM), que oferece Ensino para Jovens e Adultos.

Em torno da escola estão localizadas instituições como: Escola Infantil Municipal M^a Francisca; Asilo Aníbal Bastos; Centro Juvenil Major Alencastro da Fontoura; Delegacia de Polícia; Igreja Católica Santa Rita de Cassia, Cartório de Registro Civil e o Departamento Estadual de Trânsito.

A escola possui em anexo sua pré-escola, com quatro salas de aula e um banheiro. O prédio central possui 17 salas; 05 banheiros de alunos e 01 banheiro para professores, 01 refeitório com cozinha, 01 banheiro com acessibilidade, 01 biblioteca com espaço para audiovisual; 01 laboratório de informática desabilitado; 01 secretaria, 01 sala para direção e vice direção, 01 sala para os(as) professores(as), 01 sala de recursos para Atendimento Educacional Especializado (AEE), 01 sala para o Serviço de Orientação Educacional (SOE), possui pátio coberto e murado, também faz parte de suas instalações uma quadra de esportes. Destacamos aqui, que a escola mesmo sendo urbana, acolhe alunos(as) oriundos da zona rural de Dom Pedrito.

Para o desenvolvimento das atividades propostas neste estágio curricular foi preciso, além de conhecer a realidade social da escola e seu entorno, conhecer e refletir sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP), considerando que este é um documento que orienta e reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos. Neste sentido, buscamos compreender como este foi elaborado; quais sujeitos participaram deste processo e quais elementos expressam as inter-relações comunidade- alunos- escola.

De acordo com a leitura do PPP (DOM PEDRITO, 2017), destacamos os principais elementos que nos ajudaram a pensar o processo de ensino neste educandário, como sua filosofia:

Repensar e Resgatar Valores: A escola pode preparar o aluno para a dimensão da vida, proporcionando projetos concretos em que a solidariedade seja experimentada, pois educação é o processo pelo qual aprendemos uma forma de humanização.

As observações feitas referentes à filosofia da escola levaram-nos a refletir o quanto é complexo colocar em prática a proposta de estágio, pois não conseguimos visualizar nenhum projeto, da escola, que estivesse em desenvolvimento e pudesse corroborar para tal proposta. Complementando essas observações destacamos seu objetivo geral no PPP (DOM PEDRITO, 2017):

Aprende-se fazendo e, ao fazer, aprende-se a (re) aprender. O conjunto dessas (re) aprendizagens, reflexões, ações e relações, somadas ao trabalho pedagógico, tudo registrado como resultado da leitura do mundo, deve ser traduzido na forma de princípios, diretrizes e propostas de ação, ou seja, promover a aprendizagem, essa a verdadeira função da escola.

Com relação ao objetivo geral observamos que esta concepção de promover a aprendizagem caracteriza-se por uma busca para promoção da aprendizagem, e da forma como está expressa não demonstra conexão com o trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Isto sob nosso olhar, ao considerarmos que a função da escola deveria ser baseada na construção de parcerias com a comunidade, e que o êxito de qualquer projeto educacional deveria ter como meta o desenvolvimento da cidadania e a construção da identidade da escola e suas inter-relações.

No que tange às inter-relações comunidade-aluno (a)-escola verificamos de acordo com um dos objetivos específicos do PPP (DOM PEDRITO, 2017) “Contribuir para a interação da comunidade no contexto escolar” está distante da realidade vivenciada. Isso porque as comunidades atendidas pela escola estão dispersas do contexto sócio-pedagógico na medida que não interagem com as resoluções descritas no PPP.

Assim, após análise do Projeto Pedagógico, fomos conversar com a equipe diretiva da escola e tivemos a informação de que o documento foi uma construção com base em orientações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação – SME. Teve como colaboradores: professores(as); supervisores(as) e orientadores(as) da escola.

Quando nos referirmos a uma construção de um documento que nos dê as diretrizes pedagógicas de uma escola, precisamos observar alguns critérios e ao mesmo tempo compreender suas finalidades e competências. O PPP é um instrumento através do qual a escola fundamenta-se para o desenvolvimento de sua prática pedagógica, sendo necessário um referencial que subsidie a construção do mesmo, identificando-se com este processo e estando ligado ao interesse da maioria da comunidade. De acordo com Ilma Veiga (1998, p. 11),

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido

coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Destacamos que a construção do PPP necessita ser coletiva englobando a participação de alunos(as), pais, professores(as) e funcionários(as), buscando a organização do trabalho pedagógico da escola como um todo. Com base em observações na escola, comunidade e leitura do projeto político pedagógico, foi possível levantar o seguinte elemento: Na elaboração do PPP da escola, observamos que os alunos não estão integrados às ações sociais e educativas da mesma.

A partir da aproximação com a escola constatamos situações adversas com relação ao transporte escolar ofertado às escolas municipais. Situações como de dois estudantes que estavam matriculados no 7º ano da referida escola, turma em que desenvolvemos o estágio, um destes morador da “Granja Tulipa” era obrigado a participar de um revezamento para conseguir chegar até a escola. Este fato deu-se porque a Secretaria de Educação do Município enviava um carro leve, e devido ao péssimo estado de trafegabilidade da estrada o veículo tinha dificuldade ao acesso além de não comportar o número de alunos(as) em sua capacidade com isto, nem todos os alunos(as) podiam ir para a escola por falta de espaço. Desse modo, a escola teve que optar por um revezamento e todo dia um aluno(a) era deixado para trás.

Em levantamento feito na referida escola verificamos que a mesma conta com a assistência de várias políticas públicas, entre elas o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar- PNATE – programa instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004 (BRASIL, 2018). Inicialmente o PNATE visava atender estudantes do ensino fundamental básico, moradores da zona rural, sendo ampliado posteriormente conforme publicação da Medida Provisória 455/2009, beneficiando também alunos da educação infantil e ensino médio residentes em zona rural.

O PNATE está sob coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, o qual fica encarregado de repassar os recursos ao Estado, Município e Distrito Federal, a fim de garantir o acesso dos estudantes à

educação escolar. Destina-se a custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar (BRASIL, 2018),

Sendo a escola atendida pelo PNATE era plausível que os seus estudantes tivessem o transporte adequado, com segurança, cumprindo o horário adequado já que para este aluno(a) deslocar-se de sua comunidade com a finalidade de estudo configura uma realidade adversa, pois todos(as) sabem que a educação escolar deveria estar sendo ofertada no seu território, na sua comunidade de origem (BRASIL, 2018).

Esta falha do estado em não atender os direitos dos povos camponeses à educação faz com que estes(as) estudantes precisem enfrentar estradas esburacadas, tempo bom ou ruim acordando muito cedo, enfrentando várias horas no transporte escolar, deixando de aproveitar momentos preciosos de convívio familiar, o direito de brincar de ajudar nas tarefas do lar, enfim fazer o que crianças e jovens têm garantido no Estatuto da Criança e Adolescente- ECA.

Devido a essas dificuldades várias foram às consequências, como faltas sucessivas, perder a explicação do conteúdo trabalhado, não estar participando das atividades do dia a dia, inclusive não conseguir participar do projeto “Aluno(a) Integrado(a)”. Quando a direção da escola foi questionada sobre tal situação, a mesma respondeu *“que os(as) alunos(as) do campo têm as faltas abonadas por motivo de problemas no transporte”*.

Ainda com relação às dificuldades com o transporte escolar uma aluna em questão, residente na localidade do “Banhado dos Anastácio” foi surpreendida sendo transferida automaticamente para outra escola, sem opção de escolha. Neste caso a transferência se deu sem que a equipe diretiva da escola fosse avisada, diretamente através da Secretaria Municipal de Educação. A família ao procurar esclarecimentos obteve a seguinte explicação: *“que o ônibus deixou de fazer a rota do Banhado dos Anastácio pela manhã, em consequência a aluna foi transferida para outra escola no turno da tarde”*.

Em conversa informal com a mãe da menina por ocasião em que esta esteve na escola para formalizar a transferência da filha, nos revelou que tal situação gerou “uma revolta na filha, pois não consegue se adaptar na escola atual, chegando a deixar de copiar o conteúdo”, percebemos sua preocupação com relação ao comportamento da filha, já que sempre gostou de estudar, e estava bem ambientada na escola Alda Seabra.

As especificidades dos(as) alunos(as) do campo foram levadas em consideração para que a experiência aplicada realmente tivesse êxito em seu objetivo, pois a proposta foi de integrar aluno(a) do campo e da cidade, por isso a presença do(a) aluno(a) do campo era fundamental, o que por vezes tornava-se inviável pela situação do transporte escolar.

O COMPLEXO DE ESTUDO NA PRÁTICA DE ESTÁGIO

Os dados coletados através do inventário da realidade social da escola e seu entorno foram sistematizados e organizados de forma a contribuir com a construção do complexo de estudo. O movimento de propor uma atividade coletiva reforça a ideia de (re)significar o processo ensino aprendizagem fazendo articulações com as inter-relações e o trabalho socialmente útil.

Por outro lado, convém salientar que as escolas não estão acostumadas a incluir o aluno(a) na participação do trabalho socialmente útil, visando o trabalho como princípio educativo. Assim, o presente projeto de ensino visa fomentar esta discussão na escola Alda Seabra, considerando o exposto por Luiz Carlos de Freitas (2010, p.07), sobre a relação entre educação, trabalho e sociedade:

Trata-se de, a partir de uma concepção de educação comprometida com a construção de uma nova sociedade, formar uma juventude que pretenda lutar pelas transformações sociais que produzam uma sociedade com outras relações sociais, portanto não capitalista, e formá-los no sentido de que tal luta inclui a construção desta nova sociedade desde já, nos limites das restrições de nosso momento histórico. Para tal, nossa concepção de educação também parte de uma matriz formativa que não se centra apenas no cognitivo, como na escola capitalista, mas exige a formação mais ampla que inclui o desenvolvimento da efetividade, da criatividade, do corpo, a habilidade de trabalhar coletivamente, de auto-organizar-se, enfim o desenvolvimento pleno de todas as possibilidades do ser

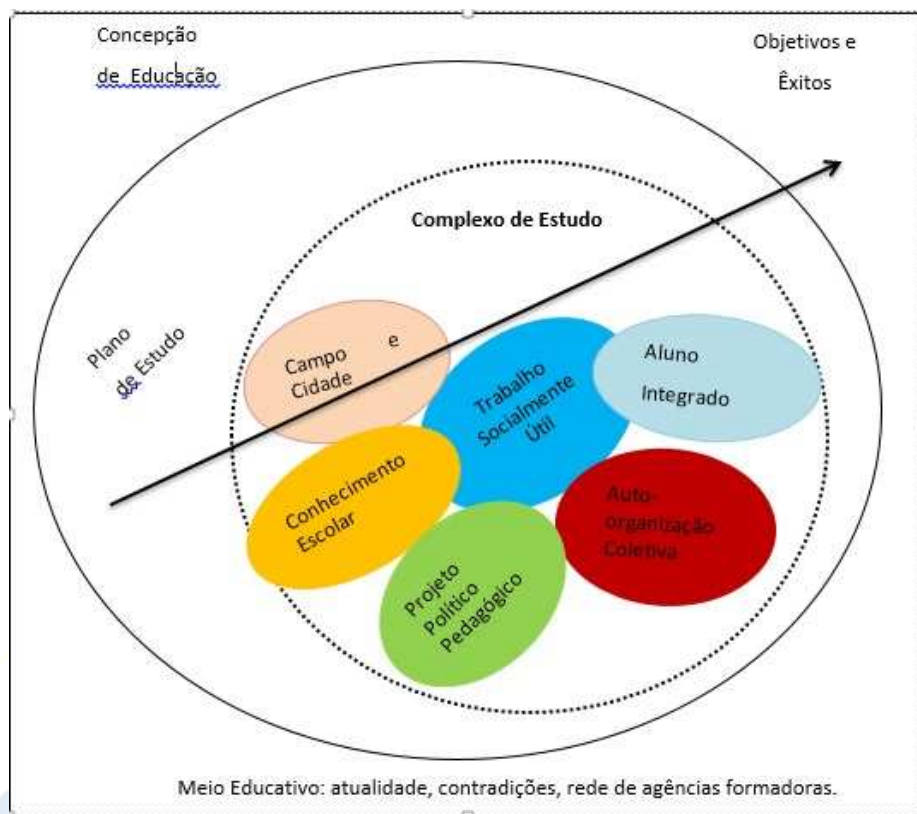
humano. A formulação dos objetivos e dos conteúdos devem ser influenciados por estas decisões de forma que forneçam a necessária capacitação teórico-prática da juventude na direção destes compromissos.

Para o educando(a) a possibilidade de participar do processo formativo e organizacional da escola, possibilitará uma maior compreensão de sua posição frente ao mundo em que vive. Neste caso, atuará como protagonista do processo de construção de seu aprendizado, tendo a oportunidade de promover sua auto-organização, fortalecendo as suas relações intra-escolares e extra-escolares com o social. Neste âmbito, torna-se importante pensarmos em termos de complexo de estudo, nos termos definidos por Freitas (2010, p. 06):

A noção do complexo de estudo é uma tentativa de superar o conteúdo verbalista da escola clássica, a partir do olhar do materialismo histórico-dialético, rompendo com a visão dicotômica entre teoria e prática (o que se obtém a partir da centralidade do trabalho socialmente útil no complexo). Ele não é um método de ensino em si, embora demande em associação a ele, o ensino a partir do trabalho: o método geral do ensino pelo trabalho.

Para além da sua auto-organização, o aluno(a) beneficia-se neste processo através da emancipação e autonomia adquiridas, o que repercutirá em suas famílias, contexto escolar e estruturalmente para seu amadurecimento como ser humano. Deste modo, o complexo de estudo elaborado nesta prática de estágio curricular, pode ser sintetizado da seguinte maneira:

Figura 01- Categorias Componentes da noção de Complexo de Estudo



Fonte: Autoria própria, 2018.

Conforme Fig. 01 acima, especificamos as categorias que compõem o complexo de estudo. Pontua-se que esta metodologia é pensada como um planejamento da escola e foi utilizada nesta experiência acadêmica como um planejamento do estágio curricular supervisionado. Logo, considerou o projeto pedagógico vigente na escola, os conteúdos elencados pela professora regente das turmas e supervisora das estagiárias e alguns aspectos da realidade social, tais como: a relação campo e cidade e a motivação dos estudantes.

Pensar o ensino a partir da realidade social retira a preocupação exclusiva com os processos mentais que conduzem à aprendizagem. Esta concepção de educação, não está focada somente no cognitivo, mas incentiva o(a) aluno(a) a desenvolver sua capacidade afetiva, criativa, a habilidade de trabalhar coletivamente visando uma formação mais ampla, explorando todas as capacidades do ser humano (FREITAS, 2010). Por esta razão, auto-organização e organização coletiva configuram-se elementos centrais do processo de ensino

e aprendizagem, incluindo práticas que despertem a importância do trabalho socialmente útil e diferentes formas de integração entre a comunidade escolar.

O(A) aluno(a) que hoje observamos nas escolas, tem em seu comportamento traços marcantes da desmotivação e desinteresse pela sala de aula. São ainda reflexos de uma educação baseada em um modelo que, apesar de diversas discussões postas no âmbito das teorias pedagógicas, segue padrões rígidos de horários, formação de filas, com sinal sonoro, e tempo de jornada, como se fosse uma fábrica, com o objetivo de formar um sujeito passivo às regras e qualificado tão somente para o trabalho no modelo capitalista.

Compreendemos que o(a) aluno(a) espera algo novo, metodologias novas, processos inovadores que o(a) coloque em destaque na escola, mesmo que não consigam expressar estes sentimentos. Para o(a) educador(a) que consegue ser observador(a), crítico(a) e reflexivo(a), é impossível passar pela sala de aula e não perceber estas questões. Para Moisey Mikhaylovich Pistrak (2009, p. 34) “o trabalho socialmente útil é, exatamente, o elo perdido da escola capitalista”, no sentido de compreensão e transformação que ocorre na prática social, no meio social. Portanto nossa proposta de projeto para esta escola é que estes alunos(as) sejam o centro, os protagonistas do projeto político pedagógico, merecedores do destaque e enfoque na construção deste, através de sua atuação no trabalho socialmente útil. Do mesmo modo, nos planejamentos desenvolvidos em sala de aula, buscamos trazer para as atividades propostas, exemplos de trabalhos desenvolvidos no cotidiano familiar.

Observando que as tarefas diárias praticadas no ambiente familiar também configuram como trabalho, destacamos este trabalho como socialmente útil, já que através dele conseguimos nos organizar e atender nossas necessidades básicas e assim rompemos a visão dicotômica entre teoria e prática.

Dentro do contexto, sala de aula, a partir dos conteúdos trabalhados foi possível contextualizar as temáticas abordadas com o modo de vida dos alunos, através de experimentos, jogos pedagógicos, dinâmicas e também aula extraescolar, em que os alunos tiveram a oportunidade de conhecer a UNIPAMPA, bem como o trabalho das técnicas dos laboratórios de microscopia e microbiologia. Nesta oportunidade os(as) alunos(as) manusearam

equipamentos e observaram as células, bactérias e fungos, complementando e reforçando os conteúdos vistos em aula.

O PROJETO COLETIVO DE ENSINO

O desenvolvimento deste projeto coletivo de ensino ocorreu simultaneamente com as observações e regências do estágio curricular no componente de ciências da natureza. Como ação integradora da comunidade escolar aproximando os(as) estudantes em suas diferentes faixas etárias das diversas atividades escolares. Alguns passos foram necessários para que pudéssemos projetar, construir, executar tal atividade:

- Primeiro passo: conversar com os(as) estudantes e sentir suas expectativas e anseios em relação ao trabalho pedagógico ofertado na escola;
- Segundo passo: conversar com algumas famílias dos(as) estudantes do campo e cidade buscando obter informações acerca de suas vivências diárias;
- Terceiro passo: realizar o estudo do inventário da realidade social da escola, uma ferramenta importante para o conhecimento das comunidades e suas especificidades como: origem dos(as) estudantes; sua rotina diária em relação ao trabalho familiar, dificuldades encontradas para o trajeto de sua residência até a escola;
- Quarto passo: apresentar a proposta do projeto coletivo de ensino para a equipe gestora da escola. Durante a exposição da proposta a equipe gestora demonstrou receptividade e mostrou-se disposta a colaborar para que a ação fosse realizada de forma experimental;
- Quinto passo: conversar com os(as) estudantes, apresentar a proposta e convidá-los a participar da atividade. A aceitação por parte destes foi imediata, a seleção para a participação na ação experimental da atividade obedeceu a critérios como: serem alunos(as) dos anos finais; meninas e meninos; diversas faixas etárias.

Elaborar um modelo de projeto que seja viável e possível de ser colocado em prática em uma escola pública, que não demonstra o devido direcionamento para tal ação, não torna a tarefa fácil, mas ao mesmo tempo serve como um impulso para que seja criada uma primeira tentativa. Pois, hoje podemos observar que os(as) nossos(as) estudantes estão em sala de aula como meros espectadores e os(as) professores(as) na sua maioria desmotivados(as),

perguntando-se sobre os motivos que levam os(as) estudantes até aquele espaço.

Acreditamos que a educação deve estar embasada numa perspectiva que rompa os paradigmas tradicionais de ensino e que, a inclusão desses(as) alunos(as) ocorra através de projetos sociais, fazendo com que tanto discentes quanto os docentes se sintam integrados num contexto chamado escola. Contudo, tendo um novo olhar, construído de maneira coletiva, onde os sujeitos sejam capazes de repensar suas ações em conjunto. De acordo com Maria Elisabette Brisola Brito Prado (2003, p. 2):

Na pedagogia de projetos, o aluno aprende no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e de criar relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento. E, portanto, o papel do professor deixa de ser aquele que ensina por meio da transmissão de informações – que tem como centro do processo a atuação do professor –, para criar situações de aprendizagem cujo foco incide sobre as relações que se estabelecem neste processo, cabendo ao professor realizar as mediações necessárias para que o aluno possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo, a partir das relações criadas nessas situações.

A proposta que estamos criando de projeto coletivo de ensino foi inspirada na EEE de Profissional Dr. José Alves da Silveira do estado do Ceará e em seu projeto intitulado “O Aluno Protagonista”. Conforme Ceará (2018):

O Projeto “Aluno Protagonista” visa à intervenção do jovem no contexto social escolar, no qual, ele é o ator principal. No campo da execução, o Projeto segue um calendário exposto em sala de aula, no qual, a cada semana, uma turma fica responsável pelas ações protagonistas na Escola, sendo 09 alunos por dia, de acordo com a sequência da chamada. As atividades têm início às 7:10h, com os alunos protagonistas devidamente identificados com colete verde, recepcionando os colegas no portão da Escola e acompanhando-os até suas respectivas salas. Durante o processo educativo, também colaboram com o desenvolvimento das atividades de estudo. Durante os intervalos, coordenam ações recreativas e auxiliam na limpeza das mesas no refeitório. O objetivo do Projeto é fazer com que o jovem participe ativamente da vida escolar, premissa básica da filosofia da EEEP.

Para a criação do projeto a ser executado na escola Alda Seabra, foi preciso observar as especificidades da escola, sendo a maior do município e ainda atendendo alunos(as) do campo, desde a pré-escola ao 9º ano.

Para isso, trabalhamos com o jovem de forma que este se torne um sujeito colaborativo e participativo nas questões escolares, despertando seu interesse pelo seu colega, desenvolvendo sua responsabilidade, autonomia, solidariedade e prestatividade e acima de tudo sua valoração frente à educação.

Iniciamos propondo aos educandos(as) uma participação nas atividades organizacionais da escola. De forma que pudessem interagir com colegas de outras turmas, funcionários(as) e professores(as) fora da sala de aula.

A elaboração das atividades colaborativas ocorreu fazendo o monitoramento supervisionado do recreio; utilizando a biblioteca itinerante no recreio e acompanhamento a passeios culturais extraescolares. Os(AS) alunos(as) convidados(as) para a ação experimental foram do 6º ao 9º ano, sendo respeitada sua vontade em participar, bem como observada sua aptidão para as colaborações necessárias. Esta ação experimental foi executada no turno da tarde, com estudantes devidamente identificados: “Aluno(a) Integrado(a)”. Estes desenvolveram as atividades propostas assumindo responsabilidades com a escola.

De acordo com o tema trabalhado em sala de aula que foi “As relações entre o(a) aluno(a) do campo e da cidade”, observamos que este projeto poderá contribuir de forma positiva, qualitativa e cognitiva para a construção do conhecimento e autonomia dos(as) estudantes, podendo ser aplicado de forma viável em qualquer época do tempo escolar, bastando para isso que a escola esteja engajada na execução de tal projeto.

Como sugestões para a execução a posterior do Projeto Aluno(a) Integrado(a) pensou-se em:

- O supervisionamento dos(as) estudantes participantes do projeto ficará a cargo da supervisão da escola, de acordo com o turno que será executado;
- Fica a critério da bibliotecária a seleção de livros infantis para a leitura durante o recreio. (lendas, historinha, parlendas).
- O projeto poderá ser executado estabelecendo-se o mês de abril de cada ano letivo para o seu início.

- O número de participantes poderá ser de seis a oito alunos(as) do 6º ao 9º ano;
- A cada mês trocam-se os(as) alunos(as) participantes;

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de Ciências (BRASIL, 1998, p. 14), procuramos ao desenvolver estas atividades, contemplar alguns de seus, objetivos. Nos quais destacamos:

- Compreender a natureza como um todo dinâmico e o ser humano, em sociedade, como agente de transformações do mundo em que vive, em relação essencial com os demais seres vivos.
- Compreender a Ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural.
- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento PCNs.

Sendo, assim, fizemos um exercício de cidadania como sujeitos comprometidos, críticos com possíveis resoluções de problemas do cotidiano dentro de uma escola, instigando novas posturas na comunidade escolar, visando atitudes positivas em relação ao seu meio. O amanhã deve ser construído através de processo que exige um pensar e repensar contínuo e com ações integradas coletivamente envolvendo todos os interessados sobre essa integração na escola.

Ao colocarmos o projeto “Aluno(a) Integrado(a)” em prática, contamos com a participação voluntária de oito estudantes. Nossa atividade experimental foi durante o recreio do turno da tarde, onde os(as) alunos(as) integrados(as) orientaram brincadeiras como: ciranda; futebol; leitura e dominó. Também colaboraram monitorando outras brincadeiras sugeridas pelos(as) alunos(as) e na organização das filas.

Para desenvolver tal atividade, observamos o quanto é necessário que a escola seja reformulada. Rever conceitos como ética, cidadania, democracia que sustentem essas mudanças tais como integrar, incluir os(as) educandos(as), não apenas para o ensino de assuntos descontextualizados do meio em que os mesmos estão inseridos.

A relevância de incluir, integrar os(as) nossos(as) educandos(as) em um trabalho socialmente útil, dentro da instituição escolar e que eles/elas possam

sentir-se incluídos(as) e integrados(as) com os(as) estudantes do turno inverso, ficou evidenciada. Sobretudo unirmos prática e teoria, cercadas de incertezas, mas também de liberdade e ousadia para buscarmos, outras formas de aprendizagens e construção de conhecimentos que nos sustentem e nos conduzam a tentar novas possibilidades.

Uma característica que foi muito evidente entre estudantes e professores(as) desta instituição de ensino que é a “falta de motivação”. Nesse sentido foi trabalhado o conteúdo com metodologias que despertassem a curiosidade e a capacidade reflexiva dos(as) alunos(as), contextualizando questões ligadas à realidade e vivência dos(as) mesmos(as) e sempre focadas na aprendizagem e na integração aluno(a) e comunidade escolar.

Ao desenvolver o projeto que visou a socialização do(a) aluno(a), e ao mesmo tempo a sua responsabilidade com a escola através do trabalho voluntariado, foi uma oportunidade de demonstrá-lo na prática para a comunidade escolar. E, como resultado desta ação oportunizou-se um recreio dirigido, em que os(as) alunos(as) do turno manhã desenvolveram atividades como: ciranda, futebol, leitura e dominó com colegas do turno da tarde. No final das atividades todos(as) demonstraram contentamento e acharam que a experiência de monitoramento foi positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver as atividades atribuídas no estágio do Ensino Fundamental dos Anos Finais no ensino de Ciências da Natureza nos proporcionou reflexões a cerca da educação atual e o quanto os jovens demonstram a insatisfação com a mesma. O que nos leva a certeza de que é necessário reformular os métodos e o pensar pedagógico não só na escola do campo, quanto na escola urbana. Integrar o(a) aluno(a), valorizando-o(a) enquanto figura central na prática pedagógica e no sentido ensino aprendizagem.

Neste contexto o trabalho desenvolvido durante o estágio foi direcionado para novas alternativas da prática a docente, centralizando o(a) estudante na construção do conhecimento e oportunizando uma melhor inserção do mesmo na comunidade escolar.

Acreditamos que é possível através do diálogo e de novas abordagens não só com os discentes, mas também com os docentes romper as estruturas conservacionistas que ainda vemos nas escolas. Para tanto se faz necessário um investimento no ser social, nas relações interpessoais, valorizando a comunidade escolar e destacando a importância de pequenas atitudes inerentes e necessárias a esta mudança.

Ao investirmos na prática social, nos permitimos ligar esta escola efetivamente com a vida. Estreitamos as relações entre as comunidades rurais e urbanas. Os(As) alunos(as) mostraram-se comprometidos(as), críticos(as) com possíveis resoluções de problemas do seu cotidiano dentro de uma escola. Com este trabalho tivemos a oportunidade de perceber o quanto é gratificante para o(a) aluno(a) sentir-se integrado no contexto escolar e reciprocamente a escola.

A disciplina trabalhada com esses estudantes - Ciências da Natureza articulou seus conceitos com o meio educativo, natural e social, tendo o trabalho socialmente útil como o fator motivador no processo de aprendizagem. O que vem ao encontro com o objetivo da disciplina.

Consideramos que as atividades desenvolvidas no decorrer do estágio supervisionado proporcionaram o(a) aluno(a) sentir-se engajado(a), sendo partícipe das ações o que se torna efetiva a construção dos saberes, sendo eles/elas, os(as) protagonistas de sua própria vivência ou história de vida.

Portanto, a construção do projeto “Aluno(a) Integrado(a)” tendo o complexo de estudo como suporte, iniciou os(as) alunos(as) no trabalho socialmente útil ficando evidente o quanto é qualitativo envolver, oportunizar, exercitar e desenvolver no(a) estudante a capacidade de refletir, pensar e exercer atividades no coletivo no cotidiano da escola.

Foi possível observarmos o quanto foi gratificante envolver, incluir, integrar os(as) educandos(as), pois os(as) mesmos(as) demonstraram interesse, compromisso e acima de tudo responsabilidade com o trabalho que estavam desenvolvendo. Acreditamos que não basta criarmos projetos mirabolantes, e aqui reforçamos a importância de haver mudanças nas escolas, e sim, precisa mudar, e a partir dessas mudanças tornar possível uma melhor compreensão das exigências atuais dos(as) educandos(as).

Portanto ao utilizarmos o complexo de estudo como aporte para esta experiência pedagógica, este contemplou não só o conhecimento cognitivo como o contexto social em que o(a) aluno(a) está inserido. O que permitiu à comunidade escolar um olhar amplo na perspectiva educacional, voltaram-se os olhares ao ser humano como um todo, participante e constituinte na visão de mundo, dando a devida importância a sua presença nesta escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais-Ministério da educação e do desporto Secretaria de educação fundamental-Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental- Ciências naturais. Versão preliminar para discussão nacional. Brasília, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004**. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4o da Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.880.htm>. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CP 02/2015 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Brasília, 1º de julho de 2015.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo**: Traços de Uma Identidade em Construção. Exposição realizada no Seminário Nacional Por Uma Educação do Campo. Brasília, 2002. p. 18-25.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 147-158.

CALDART, Roseli Salete; FREITAS, Luiz Carlos de; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Caminho para a Transformação da Escola- Organização do Trabalho Pedagógico das Escolas do Campo**: Ensaio sobre Complexos de Estudo. Local: São Paulo Editora Expressão Popular, 2015.

CALDART, Roseli Salete et al. **Guia discutido no Seminário: Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo**. Veranópolis: IEJC, 2016.

CEARÁ. Secretaria da Educação: **Protagonismo estudantil e integração unem escolas de Quixeramobim**. Escola Estadual de Educação Profissional. Disponível em: < <https://www.seduc.ce.gov.br/index.php/noticias/211-noticias-2017/11627-protagonismo-estudantil-e-integracao-unem-escolas-de-quixeramobim>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DOM PEDRITO. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Municipal de Ensino Fundamental Alda Seabra. Dom Pedrito, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. **Cadernos do ITERRA**, Veranópolis, p. 155-175, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **A escola Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. Pedagogia de Projetos. Série “**Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias**” – Programa Salto para o Futuro, Setembro, 2003.

SOUZA, Elizeu Clementino, MEIRELES, Mariana Martins de. A forma da outra beira: escolas rurais – entre invisibilidades, permanências e perspectivas. In: ANTUNES, Helenise Sangoi, FARIAS, Graziela. Franceschet. (Org.). **Desafios e perspectivas na Educação Rural**: fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares. Curitiba: Editora CRV, 2014. p. 69-85.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Pedagógico do Curso Educação do Campo- Licenciatura**. Dom Pedrito, 2016.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35.

Recebido em: 09/04/2018

Aprovado em: 20/10/2018